

GUIA PARA ELABORAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS
Relato de Caso - ABNT

FACSETE – Faculdade sete Lagoas

GUIA PARA ELABORAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Relato de caso - ABNT

Orientação para a normalização de trabalhos acadêmicos da Faculdade Sete Lagoas - FACSETE, para uso dos alunos e professores de todos os cursos de pós-graduação.

SUMÁRIO

1	RELATO DE CASO.....	6
2	RESUMO EXPANDIDO PARA RELATO DE CASO.....	6
2.1	Estrutura do resumo Expandido.....	7
3	PLÁGIO.....	9
3.1	Tipos de plágio.....	10
3.2	Proteção ao direito autoral.....	12
4	CONSIDERAÇÃO FINAL.....	13
	REFERÊNCIAS.....	14
	ANEXO A: FORMATAÇÃO.....	15
	ANEXO B: MODELO.....	17

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo auxiliar os alunos e professores da faculdade Sete Lagoas - FACSETE no desenvolvimento dos trabalhos acadêmicos, dos cursos de graduação superior e pós-graduação.

Para a elaboração deste trabalho foram utilizadas as normas da ABNT citadas na referência, utilizando uma linguagem acessível a todos que necessitarem de consultar este material. A consulta a este trabalho não dispensa as orientações do professor, por não tratar das questões metodológicas.

1 RELATO DE CASO

O relato de caso refere-se a uma apresentação oral e/ou escrita de um caso clínico. No qual, os detalhes da apresentação clínica, das condutas (diagnósticas e terapêuticas) e da evolução são apresentadas em detalhes. O relato de caso deve ser claro, preciso e objetivo na forma redação e de apresentação.

Um relato de caso é uma “descrição detalhada de casos clínicos, contendo características importantes sobre sinais, sintomas e outras características do paciente e relatando os procedimentos terapêuticos utilizados, bem como o desenlace do caso” (Parente, 2010.)

Os trabalhos baseados em relato de caso deverão ser entregues utilizando o resumo expandido com a estrutura básica composta de: título, introdução, descrição do caso, técnica ou situação, resultados e discussão, conclusão, bibliografia, figuras, tabelas, gráficos e ilustrações.

Os alunos da pós-graduação que optarem por esta modalidade de monografia poderão realiza-la em número máximo de 2 (dois) participantes. O trabalho deverá ser entregue em PDF e com a folha de aprovação assinada e datada.

2 RESUMO EXPANDIDO PARA RELATO DE CASO

O resumo expandido deve incluir objetivos, metodologias, referências, comparações com trabalhos relacionados, dentre outros. Detalhes podem ser omitidos tais como: informações institucionais, trabalhos futuros, etc.

O objetivo desse documento é ser mais conciso e que as ideias possam ser entendidas no menor tempo possível sem que se perca o assunto central, assim como a coesão e coerência.

2.1 Estrutura do resumo expandido

O resumo expandido deve constar o título, autores, resumo, palavras-chave, introdução, metodologia, resultados e discussão, conclusões, agradecimentos e referências.

- a) O resumo expandido deve conter no mínimo 3 e no máximo 5 páginas, incluindo texto, tabelas e/ou figuras, referências e anexos;
- b) As citações de artigos (referências) no texto devem seguir as normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;
- c) Citações de trabalhos e extraídos de resumos e abstracts, publicações no prelo e comunicação pessoal não são aceitas na elaboração de resumo expandido;
- d) Formatação: O trabalho deve ser apresentado em formato eletrônico em PDF, formatado em papel A4, configurando a página direita e inferior igual a 2 cm e esquerda e superior a 3 cm. Deve ser empregada a fonte Arial, corpo 12 e espaçamento 1,5 linhas em todo o texto, com exceção de notas de rodapé, citação de mais de três linhas, paginação e legendas de imagens que deverão ser de menor tamanho. O alinhamento deve ser justificado, à exceção do título. As páginas devem ser numeradas embaixo e à direita, em algarismos arábicos.
- e) Título: Deve ser centralizado, escrito em letras maiúsculas, em negrito, fonte Arial, tamanho 14.
- f) Autoria do trabalho:
 - Sob o título, após dar um espaçamento (1,5 linhas), identificar o(s) autor(es) do trabalho, seguido(s) de nota de rodapé com titulação, curso, e e-mail de cada autor.
 - A identificação do professor orientador segue a mesma forma de identificação, em nota de rodapé. Colocar o(s) nome(s) do(s)

professor(es) orientador(es), apresentando a titulação destes (Es – para Especialista, Me – mestres, Dr – doutor, Pós-doc), e o endereço eletrônico (e-mail).

- g) Resumo: deve ser apresentado em parágrafo único com o máximo de 250 palavras, com breves e concretas informações sobre objetivos, métodos, resultados e conclusões do trabalho. Não deve conter referências bibliográficas;
- h) Palavras-chave: Estas não devem estar presentes no título. Na linha imediatamente abaixo do resumo, devem vir as palavras-chave, no mínimo três e no máximo cinco, com alinhamento justificado, separadas por ponto e vírgula, seguido de inicial maiúscula.
- i) Introdução: apresentação do material estudado de forma clara, destacando informações gerais e pertinentes sobre o assunto e também os objetivos. No máximo 1.000 (um mil) palavras;
- j) Descrição do caso: detalhar o caso seguindo a ordem cronológica dos acontecimentos. Se o manuscrito tratar de vários casos, descreve-los na sequência e, mantendo o anonimato dos pacientes;
- k) Técnica ou situação: descrever detalhadamente cada técnica que foi utilizada no caso. A elaboração tem que ser da forma mais clara e concisa possível, não exceder 1.000 (um mil) palavras;
- l) Resultados e discussão: devem, dentro do aporte teórico utilizado no trabalho de pesquisa, evidenciar análise e discussão dos dados obtidos. Podem-se usar recursos ilustrativos de figura ou tabela, acompanhada (o) de análise indicando sua relevância, vantagens e possíveis limitações.
- m) Tabelas e figuras: devem ser elaboradas de forma a apresentar qualidade necessária à boa reprodução. Nas tabelas (sem negrito), o título deve ficar

acima e nas figuras (sem negrito), o título deve ficar abaixo. É recomendável evitar a apresentação dos mesmos dados na forma de figuras e tabelas.

- n) Conclusões: deverão ser elaboradas com verbos no presente do indicativo. Deverão considerar os objetivos explicitados e os resultados indicados no Resumo Expandido, não deve exceder 200 palavras.
- o) Agradecimentos: pode-se expressar agradecimentos as instituições e/ou pessoas que contribuíram para o desenvolvimento do projeto (exceto o professor orientador)
- p) Referências: Deverão constar apenas autores e obras mencionados no texto, obedecendo-se às normas da ABNT.

3 PLÁGIO

O plágio é caracterizado no ato de copiar, imitar obra alheia, apresentando como seu, um trabalho intelectual advindo, de fato, de outra pessoa. Reproduzir, ainda que em pequenas partes, um texto, sem citar sua fonte, é considerado plágio. Havendo citação, porém sendo esta incompleta, há caracterização de irregularidade, de descumprimento das normas pertinentes à citação e às referências bibliográficas. (BALBI, 2009)

A Lei de direitos autorais (Lei n. 9.610) estabelece que reproduzir um texto, ainda que indicando sua fonte, mas sem autorização do autor, pode constituir crime de violação de direitos autorais. Desse modo, é conveniente na elaboração de todo e qualquer trabalho acadêmico, a existência de uma redação própria, autônoma, livre de reprodução indiscriminada do potencial intelectual alheio, podendo, porém, buscar o aluno, inspiração conceitual, doutrinária e ideológica em distintas fontes. Entretanto, na confecção de uma pesquisa científica é essencial um estudo profundo que possa embasar conclusões próprias, diretrizes que de alguma forma, possam contribuir no crescimento na nação. É bom saber, que a caracterização de plágio em trabalhos acadêmicos pode acionar o rigor da Lei n. 9.610, sujeitando o infrator à punição, e no mínimo sua expulsão da Instituição de Ensino Superior à qual encontra-se vinculado. Em suma, originalidade é imprescindível em todo e qualquer trabalho acadêmico, mas

em caso do aproveitamento de citações alheias, estas devem estar corretamente sinalizadas e identificadas.

Popularmente conhecido como apropriação indevida de obra ou conteúdo alheio que é apresentado como sendo próprio, o plágio está relacionado diretamente ao cotidiano acadêmico caracterizado como prática desonesta, incompatível com o escopo universitário de criação e desenvolvimento do conhecimento, o que requer reflexão e posicionamento institucional.

O plágio pode acontecer de forma intencional, quando a fraude autoral é feita de forma deliberada, ou acidental, ou seja, sem que haja a intenção deliberada do redator em apropriar-se indevidamente de um conteúdo alheio.

Isso pode acontecer, entre outros fatores, porque se falha no processo de identificação das fontes utilizadas, seja por esquecimento, dificuldades de elaboração de paráfrases e/ou desconhecimento das convenções de normalização. (KROKOSZCZ)

A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) solicita as IES que adotem políticas de conscientização e informação sobre a propriedade intelectual, adotando procedimentos específicos que visem coibir a prática do plágio quando da redação de teses, monografias, artigos e outros textos por parte de alunos e outros membros de suas comunidades (CAPES, 2011)

Plágio é o “ato ou efeito de plagiar; apresentação feita por alguém, como de sua própria autoria, de trabalho, obra intelectual etc. produzida por outrem” (Dicionário Houaiss – 2009)

3.1 Tipos de plágio

a) Heteroplágio

Seria o modo mais comum e conhecido, e ocorre quando a cópia é perpetrada a partir de autoria de outra pessoa. Nesse caso, há o apossamento da obra escrita por outrem, e apresentada como do autor do plágio.

b) Integral

Nesse caso, há a cópia de todas as palavras de um trabalho inteiro, sem a referência à fonte original.

c) Parcial

Aqui, o trabalho é uma “colcha de retalhos” ou um “mosaico” formado por cópias de parágrafos, trechos e frases de autores diversos, sem mencionar suas obras. Nessa espécie de plágio, o autor do trabalho utiliza-se de “recortes” de várias fontes diferentes, acrescentando algumas palavras da sua própria lavra para organizar as ideias.

d) Acidental

Neste tipo, o redator não tem a intenção deliberada de plagiar, a vontade de cometer o delito. Ele ocorre por falta de conhecimento das técnicas e regras de citações e referências. Há, assim, desconhecimento ou descaso para com as convenções normatizadoras do processo de escrita. É insignificante, no caso de apresentação.

e) Plágio direto

Trata-se de cópia literal do texto original, sem referência ao autor e sem indicar que é uma citação.

f) Plágio indireto

É a reprodução, com as próprias palavras do redator plagiário, das ideias de um texto original, sem indicação da fonte. Nessa modalidade de plágio, o redator não copia literalmente o conteúdo do texto original, mas apenas as ideias que são expostas com outras palavras para driblar os detectores de plágio.

g) Plágio consentido

Trata-se de apresentação ou assinatura de trabalho confeccionado por outra pessoa, como se fosse de autoria própria, mas com anuência do verdadeiro autor, como acontece nos casos das vendas de trabalhos acadêmicos.

h) Autoplágio

Ocorre quando o autor copia trechos próprios, geralmente já publicados e conhecidos, como se fossem inéditos ou originais. Nessa modalidade, o redator é o próprio autor do conteúdo copiado, mas a forma com que ele é apresentado é o que constitui o plágio; há uma falsidade ideológica em relação ao ineditismo e originalidade da obra.

i) Plágio de fontes

É a utilização das fontes secundárias consultadas pelo autor originário, como se tivessem sido consultadas em primeira mão pelo redator plagiário. Nesse caso, o plagiário não mantém contato com as fontes citadas, mas induz o pensamento de que foram manuseadas e consultadas por ele.

Fonte: (Soares, R. **Proteção à autoria e combate ao plágio nas escolas e nas faculdades**. São Paulo: Gregory, 2014.)

3.2 Proteção ao direito autoral

Os direitos autorais são o conjunto de direitos dos autores em decorrência de suas obras intelectuais, que podem ser literárias, artísticas ou científicas. São divididos pela doutrina clássica em:

Direitos morais: São os de natureza pessoal – personalíssimos, inalienáveis, nos quais se inserem os direitos de paternidade e integridade da obra, pertencendo exclusivamente ao autor que detém os direitos de reivindicar, modificar, assegurar sua integridade e objetar quaisquer modificações ou prática de atos que possam prejudicá-la de qualquer forma, em sua reputação ou honra e a qualquer tempo, não podendo ser passíveis de cessão ou de renúncia pelo autor.

Direitos patrimoniais: aqueles que podem ser dispostos aos herdeiros, agentes, etc., como os de utilizar, fruir, dispor da obra sob qualquer forma, enfim, os direitos de controle sobre a reprodução (na totalidade ou em parte), a edição, a tradução ou adaptação, a incorporação da obra em um fonograma ou numa obra audiovisual, dentre outros. (Marcial FM. **Os direitos autorais, sua proteção, a liberalidade na internet e o combate à pirataria [internet]**. Rio Grande: Âmbito Jurídico, 2017. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-75/os-direitos-autorais-sua-protecao-a-liberalidade-na-internet-e-o-combate-a-pirataria/>. Acesso em: 05 dez. 2019.)

A proteção aos direitos autorais tem previsão:

- Constituição federal: Título II – Dos direitos e garantias fundamentais, capítulo I, dos direitos e deveres individuais e coletivos, art. Incisos xxvii e xxviii;
- Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, Lei dos direitos autorais (LDA);
- Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, Art. 184.

4 CONSIDERAÇÃO FINAL

Os padrões aqui adotados seguem as normas estabelecidas pela ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS e ainda alguns adotados pela Instituição. Deste modo, a Biblioteca se coloca à disposição para qualquer esclarecimento com relação a este manual e também para orientações e acompanhamento dos trabalhos de conclusão de curso quanto ao aspecto da apresentação formal.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: Informação e Documentação: Citações em Documentos: Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10719**: Informação e Documentação: Relatório técnico e/ou científico: Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011. 11p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15287**: Informação e Documentação: Projeto de pesquisa: Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: Informação e Documentação: Trabalhos Acadêmicos: Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: Informação e Documentação: Referência: Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

OLIVEIRA NETTO, Alvim Antônio de. **Metodologia da pesquisa científica**: guia prático para apresentação de trabalhos acadêmicos. Florianópolis, SC: Visual Books, 2006.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATOLICA DE MINAS GERAIS. Pró-reitora de graduação. Sistema Integrado de Bibliotecas. Orientações para elaboração de projetos de pesquisa, trabalhos acadêmicos, relatórios técnicos e/ou científicas: conforme a Associação brasileira de Normas técnicas (ABNT). 4.ed. reform. e atual. Belo Horizonte: PUC Minas, 2002 Disponível em: <http://portal.pucminas.br/biblioteca/documentos/ABNT-TRABALHOS-ACADEMICOS-GUIA-COMPLETO.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2022.

ANEXO A: Formatação

Texto	Fonte 12; Arial; espaçamento 1,5 em todo o texto; Justificado.
Título e subtítulo	Título Centralizado em caixa-alta em negrito, subtítulo, quando houver, deve ser graficamente diferenciado e separado do título por dois pontos
Seções	Alinhamento a esquerda e seguir a NBR 6024 e 6027
Numeração	Progressiva da introdução até a conclusão (NBR 6024)
Legenda das ilustrações e tabelas	Parte superior, centralizada, Arial, fonte 10
Fonte das ilustrações e tabelas	Parte inferior, centralizada, Arial, fonte 10
Espaçamento entre capítulos e seções	Duplo simples
Referências (no máximo 15)	Fonte 12; espaço simples, separadas por 1 espaços simples; alinhadas a esquerda.
Notas explicativas (NBR 10520)	Fonte 10, em espaço simples no rodapé
Citações curtas (até 3 linhas) (NBR 10520)	Inserida no texto; Citação textual entre aspas, com indicação do autor, data e página; Citação livre sem aspas, com indicação do autor, data. O número das páginas é opcional.
Citações longas (mais de três linhas - NBR 10520)	Recuo de 4 cm; espaço simples, fonte 10, sem aspas, com indicação do autor, data e página
Chamada das citações (NBR 10520)	Incluídas no parágrafo devem ser em letras minúsculas – como dia Abreu (2015, p. 26); Dentro de parênteses em letras maiúsculas (ABREU, 2015, P.26)

Sistema de chamada (NBR 10520)	Autor-data; deve ser seguido ao longo de todo o trabalho, permitindo a sua correlação na lista de referências ou em notas de rodapé.
Parágrafo	Recuado 1,25 cm centímetros
Corpo do texto	Sem espaçamentos entre parágrafos
Numeração	Numeração progressiva

Anexo B: Modelo

	3 cm	
		ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA Maria Aparecida Santos* Eduardo Santos Souza**
		1,5 cm duplo Resumo
		Inicialmente, nos EUA, as PP não foram objeto da AP, dado o paradigma que presidiu a criação da disciplina, o da administração científica, que dissociava administração e política. Nos anos 1960 e 1970, o movimento de análise de políticas públicas levou à constituição de escolas e cursos de PP e à reformulação de cursos e programas de AP. Estes passaram a incluir disciplinas de políticas públicas, enquanto os novos cursos de PP incluíram disciplinas de gestão pública. As políticas públicas foram incorporadas pela AP no Brasil ao mesmo tempo que nos EUA, sob a influência daquele país. Tal incorporação refletiu, porém, especificidades da disciplina em nosso país: presença do desenvolvimentismo; valorização do planejamento; contexto ditatorial e tensão derivada da inserção institucional da AP: aqui, a vinculação da formação em administração pública à de administração de empresas levou à diluição da especificidade do objeto de AP, com reflexos sobre o desenvolvimento do campo de estudos de políticas públicas no âmbito da disciplina.
3 cm		2 cm
		Espaçamento 1.5 cm
		Palavras-chave: políticas públicas; análise de políticas públicas; administração pública
		*Doutora de Direito Internacional. Professora título em Ciência Política da UNICSP **Mestre em Administração Pública; Coordenador do Curso de Administração Pública – UFV/MG
	2 cm	

Fonte: do autor

1 Administração pública atual

A disciplina se constituiu, assim, a partir de uma das tradições de administração pública: a que, a partir do final do século XIX e início do século XX, consolidou-se nos EUA: a tradição “científica”. Tradições distintas caracterizaram a administração pública em outros países: a tradição do direito administrativo (law oriented) da Europa continental; a tradição pragmática prevalecente na Inglaterra e a tradição dos países comunistas (Hood, 1995). A administração científica concebia a administração pública como o espaço da execução, pelo Executivo, de políticas definidas na esfera da política (Henry, 1975). A burocracia deveria atuar de forma apolítica e imparcial, com base em uma sólida formação profissional. Deveria, nesta perspectiva, ser insulada, dominar “princípios científicos da administração” e obedecer a regras gerais de procedimentos (Hood, 1995; Henry, 1975). A administração pública era vista, assim, como uma ciência “livre de valores”, cuja missão era contribuir para que a administração governamental “funcionasse” de forma eficiente e econômica. O foco da disciplina era a preparação dos servidores para atividades-meio, centrais à atuação do Executivo e à implementação de políticas públicas: orçamento, gestão de pessoal e organização (Henry, 1975). Dado o paradigma central que marcou a administração pública nos primeiros 60 anos de seu desenvolvimento — baseado na separação entre administração e política — a política pública não foi objeto de análise por parte da disciplina, até os anos 1950 do século XX: “the study of public policy making and related matters was left to the political scientists”(Henry, 1975:379)¹

2 Incorporação das políticas públicas

Espaço 1,5 cm
duplo

Malgrado um processo de desenvolvimento marcado pela crise de identidade e pela tensão entre administração e política, é possível identificar na produção da área, desde os anos 1950, a presença incipiente do tema das políticas públicas e do processo decisório, num primeiro momento mais notadamente na vertente próxima à ciência política.

¹ Esta constitui a característica dominante da área no período. Como mostra Engelbert (1977), no entanto, ainda nos anos 1930, a Universidade de Harvard criou um curso de Mestrado em Administração Pública que incluía políticas públicas em seu currículo

3 conclusão

A disciplina se constituiu, assim, a partir de uma das tradições de administração pública: a que, a partir do final do século XIX e início do século XX, consolidou-se nos EUA: a tradição “científica”. Tradições distintas caracterizaram a administração pública em outros países: a tradição do direito administrativo (law oriented) da Europa continental; a tradição pragmática prevalecente na Inglaterra e a tradição dos países comunistas (Hood, 1995). A administração científica concebia a administração pública como o espaço da execução, pelo Executivo, de políticas definidas na esfera da política (Henry, 1975). A burocracia deveria atuar de forma apolítica e imparcial, com base em uma sólida formação profissional

Centralizado; caixa
alta; negrito; Arial
12

Referências em ordem
alfabética

▶ REFERÊNCIAS

GOODNOW, Frank. **Politics and administration**. New York: Macmillan, 1900.

HENRY, Laurin L. **Naspaa history**. A summary report from the Naspaa Historical Project, prepared for Naspaa's 25th Anniversary Conference, Austin, TX, oct. 18-21, 1995. Disponível em: <www.naspaa.org>. Acesso em: 20 maio 2010.

KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo. Os paradigmas da administração pública no Brasil (1900-92). **Revista de Administração de Empresas**, v. 34, n. 3, p. 41-48, maio/jun. 1994.

LYNN Jr., Laurence E. A place at the table: policy analysis, its postpositive critics, and the future of practice. **Journal of Policy Analysis and Management**, v. 18, n. 3, p. 411-424, 1999.

MUÑOZ, Amato P. **Introdução à administração pública**. São Paulo: FGV, 1958

OSLAK, Oscar. Políticas públicas e regimes políticos: reflexões a partir de algumas experiências latino-americanas. **Revista de Administração Pública**, v. 16, n. 1, p. 17-60, jan./mar. 1982.

TORGERSON, D. Between knowledge and politics: three faces of policy analysis. **Policy Sciences**, n. 19, p. 33-59, 1986

WILSON, R.R. et al. **Governance in the Americas**: decentralization, democracy and subnational government in Brazil, Mexico and the USA. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2008. v. 1.

Fonte 12; espaço simples, separadas
por uma linha em branco de espaço
simples; alinhadas a esquerda.

